

EDITAL PROPPEX Nº 21/2022
SELEÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS – REVISTA DE DIREITOS
HUMANOS

A Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 37 do Estatuto da UNIFEBE, faz saber, por meio do presente Edital, que está instaurada a “Seleção de Artigos Científicos – Revista de Direitos Humanos”, do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos da UNIFEBE (LACEDH-UNIFEBE).

A Revista de Direitos Humanos é uma publicação de divulgação científica do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos do Centro Universitário de Brusque – LACEDH – UNIFEBE, vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura – PROPPEX, observados os procedimentos deste Edital a saber:

1 DO OBJETIVO

1.1 A presente chamada tem por objetivo regulamentar a submissão de artigos científicos, textos e pareceres para publicação na Revista de Direitos Humanos do LACEDH-UNIFEBE, no 2º Semestre de 2022.

2 DO RECEBIMENTO DOS ARTIGOS/TEXTOS/PARECERES

2.1 A chamada para submissões de materiais para a Revista Eletrônica a serem examinados e selecionados para publicação na versão eletrônica da Revista de Direitos Humanos e Cidadania, ficará aberto no período de 30 de agosto de 2022 até 07 de outubro de 2022, e deverá ser realizada pelo e-mail lacedh@unifebe.edu.br.

3 DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

3.1 Ao enviar o artigo/texto/parecer, o interessado aceita, irrestritamente, ainda que tacitamente, as normas estabelecidas nessa chamada, assim como as estabelecidas pela UNIFEBE, para produção da Revista Eletrônica de Direitos Humanos, especialmente as disposições estabelecidas no Regulamento da

Revista de Direitos Humanos aprovado pela Resolução CONSUNI nº 38/2022, de 25/05/2022.

3.2 Não serão aceitos para avaliação: textos de caráter pessoal, como memórias ou biografias; dissertações e teses em versão “aprovada pela banca”, isto é, que não tenham sido reformuladas e readequadas para o formato de artigo científico.

3.3 Não serão aceitas submissões via Correios ou quaisquer outros meios, exceto submissões pelo e-mail: lacedh@unifebe.edu.br.

3.4 Trabalhos não concluídos ou por concluir não serão avaliados.

4 DOS PROCEDIMENTOS DE SUBMISSÃO E AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS

4.1 Os materiais para publicação na Revista Eletrônica devem ser submetidos em arquivo PDF e Word enviados exclusivamente ao e-mail: lacedh@unifebe.edu.br.

4.2 O texto será submetido à apreciação de dois membros do Conselho Editorial específico da Edição da Revista ou outro parecerista, conforme a necessidade para avaliação do mérito da publicação.

4.3 Os critérios de avaliação dos materiais incluem: originalidade, adequação metodológica, clareza, atualidade, qualidade acadêmica e relevância no que diz respeito à contribuição para a área de Direitos Humanos, Cidadania e Educação em Direitos Humanos.

4.4 Os pareceres técnicos apenas subsidiarão a decisão do Conselho Editorial, não representando, necessariamente, a garantia de publicação do artigo/texto/parecer, uma vez que fica a cargo do Conselho Editorial da Revista a deliberação quanto à sua publicação.

4.5 As propostas de publicação serão examinadas e classificadas pelo Conselho Editorial da Revista, instância decisória final para seleção dos

artigos/textos/pareceres, e que poderá solicitar modificações, tanto no conteúdo quanto na forma, dos materiais apresentados.

4.6 O Conselho Editorial reserva-se ao direito de não aprovar obras que não estejam em conformidade com a política editorial da UNIFEBE e/ou não apresentem condições de publicação.

4.7 Os resultados das submissões serão tornados públicos por meio de comunicado específico e os proponentes serão comunicados por meio eletrônico. O(s) autor(es) dos artigos/textos aceitas para publicação receberão, após a aprovação do material, orientações complementares sobre o processo editorial.

4.8 Com base no “estudo de caso concreto para elaboração de parecer”, publicado na Revista Eletrônica da UNIFEBE – Edição Direitos Humanos, n. 25, ano 2021, o parecer para publicação deve ser fundamentado e justificado com base no direito internacional dos direitos humanos, direitos fundamentais e outras disposições legais, acerca da temática proposta, conforme modelo de parecer do LACEDH anexo 2 do presente edital.

5 DO CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	DATAS LIMITES
Submissão do proponente	De 30/08/2022 a 07/10/2022
Divulgação do resultado dos materiais submetidos que foram aprovados para publicação	Até 21/10/2022
Aceite e assinatura de documentos	Até 10/11/2022
Lançamento da Revista Eletrônica	Entre 21 e 25 de novembro de 2022

6 DAS NORMAS LEGAIS

6.1 Ao concorrer a esta chamada, o(s) autor(es) se comprometem com o LACEDH a não submeter, concomitantemente, o mesmo trabalho a outra Editora ou Revista para publicação, sob pena de ser excluído do processo seletivo.

6.2 Ao enviar material para publicação, o(s) autor(es) dos artigos/textos/pareceres, devem atender ao disposto na Lei nº 9.610/98 (Lei do Direito Autoral) e aceitam ceder de direitos autorais.

6.3 O(s) autor(es) que publicarem obras plagiadas ou sem qualquer amparo de natureza autoral, estarão sujeitos às penalidades legais pertinentes, isentando a UNIFEBE/FEBE e o LACEDH de qualquer ônus, indenização ou responsabilidade.

7 DAS ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO

7.1 Os artigos/textos/pareceres deverão estar de acordo com os Anexos deste Edital.

7.2 A composição da obra, incluindo o projeto gráfico, criação da capa e ficha catalográfica, será de responsabilidade da Revista Eletrônica de Direitos Humanos do LACEDH-UNIFEBE, reservando-se o direito de desenvolver e definir aquele que julgue pertinente.

8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura em conjunto com o Conselho Editorial da Revista de Direitos Humanos.

8.2 Mais informações e dúvidas não esclarecidas nessa chamada, podem ser obtidas na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura e com o Conselho Editorial da Revista de Direitos Humanos e Cidadania, pelo telefone (47) 311-7287 ou pelo e-mail: lacedh@unifebe.edu.br.

Brusque, 30 de agosto de 2022.

Prof.^a Edineia Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

ANEXO 1 - Proposta de Artigo Científico

TÍTULO: SUBTÍTULO (SE HOUVER)

TÍTULO EM ESPANHOL: SUBTÍTULO (SE HOUVER)

Nome completo do autor/a ou acadêmico¹

Nome completo do professor orientador² (se houver)

RESUMO: Breve contextualização do que irá ser trabalhado, com frases objetivas. A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal da pesquisa. O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento. O resumo deve ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos. Recomenda-se o uso de parágrafo único e espaçamento simples entre linhas. Não se deve incluir tabelas, quadros, ilustrações ou figuras, crítica pessoal e citações. Quanto a sua extensão, deve ter de 100 a 250 palavras.

Palavras-chave: palavra; palavra; palavra.

Dicas para a elaboração das palavras-chave: Definir de três a cinco palavras representativas do conteúdo do artigo.

ABSTRACT: *Deve ser feita a transcrição do resumo em língua espanhola, com grifo em itálico.*

Keywords: *word; word; word.*

OBS.: O artigo deve ser escrito na linguagem impessoal ou na 1ª pessoa do plural.

¹ Acadêmico(a) do curso de xxxxxx da UNIFEBE. *E-mail:* fulanodetal@email.com.br

² Professor(a) orientador(a). (informar titulação). *E-mail:* cicranodetal@email.com.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Machado *et al.* (2007), a introdução é a apresentação do trabalho, ou seja, o texto inicial que descreve de forma clara e sucinta, o assunto abordado.

Nessa parte deve ser abordado:

- a) a delimitação do assunto do objeto da pesquisa;
- b) a finalidade do trabalho;
- c) os objetivos do trabalho (geral e específicos) e
- d) a justificativa, que vai descrever a contribuição e a relevância da pesquisa.

O artigo não deve exceder 20 páginas, podendo conter no mínimo 15 páginas. As margens devem ser: superior e esquerda 3,0 cm, inferior e direita 2,0 cm. A fonte pode ser *Times New Roman* ou Arial, tamanho 12. Para as citações diretas com mais de 3 linhas, notas de rodapé, paginação, legenda das ilustrações e tabelas, utiliza-se fonte tamanho 10. **Todo o artigo deve ser digitado com espaçamento simples entrelinhas** e os parágrafos devem ter o deslocamento na primeira linha de 1,5 cm. O indicativo numérico da seção precede o título (da seção), alinhado à esquerda. “Não se utilizam ponto, hífen, travessão ou qualquer outro sinal após o indicativo da seção ou de seu título” (NBR 6024, 2003, p. 2).

A introdução receberá o número 1 e as demais seções devem ser numeradas sequencialmente, conforme a norma. A numeração de páginas deve ser considerada a partir da primeira página, porém a numeração deve ser inserida somente na segunda página.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É a parte do trabalho em que se dá um referencial teórico para situar o assunto. Trata-se de expor, de modo sintético, o que já se escreveu sobre o assunto, por meio de um resumo fiel da ideia central dos materiais lidos (livros, artigos de periódicos, dissertações, entre outros).

Para Salomon (2010), a revisão de literatura ou o marco teórico de referência, demonstra a linha que o pesquisador vai seguir, dentro do universo ideológico e teórico das diversas escolas ou corrente de pensamento; a síntese que foi possível chegar acerca do tema; o arcabouço teórico que baseará a busca de respostas às suas aflições; a base e o referencial de sua metodologia. Nesse sentido, visa-se responder quem já escreveu, o que já foi publicado e que aspectos já foram abordados.

Três aspectos importantes que devem constar na fundamentação teórica: exposição, na qual se descreve e se analisa os fatos ou apresentam-se as ideias; argumentação, em que se defende a validade das ideias por meio dos argumentos; discussão, que consiste na comparação das ideias (ANDRADE, 2010).

A fundamentação teórica deverá ser dividida em seções para facilitar a leitura e compreensão. A organização do conteúdo deve possuir uma ordem sequencial progressiva, em função da lógica inerente a qualquer assunto, que uma vez detectada, determina a ordem a ser adotada. Muitas vezes pode ser utilizada a subdivisão do tema em seções e subseções (Exemplos: **1 SEÇÃO PRIMÁRIA**; **2.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA**; **2.1.1 Seção terciária**). **As citações serão utilizadas para fundamentar o texto, mas deve-se tomar o cuidado para não citar mais do que se redigiu.** As citações devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520, 2002).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção da pesquisa, são descritos detalhadamente os passos que foram utilizados e o tratamento destinado aos dados. São detalhados os seguintes itens: abordagem e as ferramentas de coleta dos dados, o universo e a amostra da pesquisa e o tratamento dessas informações (BRASILEIRO, 2013).

De forma geral, essa seção apresenta: o que foi utilizado e o que se fez, procedimentos, materiais, esclarece como se chegou aos objetivos propostos, apresenta o detalhamento das técnicas dos materiais empregados, aponta os instrumentos utilizados na pesquisa e mostra como os dados foram tratados e analisados.

Existem várias formas de se classificar as pesquisas. Assim sendo, elas podem estar de acordo com: sua natureza, podendo ser **básica ou aplicada**; quanto à abordagem do problema, podendo ser **exploratória, descritiva ou explicativa**; em relação aos objetivos, podendo ser **qualitativa, quantitativa ou mista** e em relação aos procedimentos técnicos, podendo ser **bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de caso e pesquisa participante**.

Deve-se explicitar o universo da pesquisa, que é o total de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. A amostra, que é a parte do universo, que vai participar da pesquisa e os instrumentos de pesquisa, que são os instrumentos de medidas ou de coletas de dados. Os mais utilizados são: **observação, entrevista, questionário e formulários**.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção o autor apresenta e analisa as informações colhidas durante a pesquisa, atentando-se para observar os significados dos dados qualitativos e quantitativos (BRASILEIRO, 2013). Assim sendo, deve-se associar e relacionar as informações colhidas com a literatura e/ou usar a literatura para explicar os resultados (sem o uso exagerado de citações). O autor descreve os resultados encontrados de forma clara, com apresentação em gráficos, tabelas e figuras e sua relação com a teoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais do trabalho devem ser redigidas de maneira objetiva, clara, lógica e concisa, devendo fundamentar o que foi obtido na discussão, relacionando-as com os objetivos propostos no trabalho. Deixe bem claro qual a grande contribuição de seu estudo para a área de conhecimento, se houver pontos fortes e fracos, comente e também proponha alguns temas para estudos posteriores. Não devem ser acrescentados elementos novos que não fizeram parte do trabalho.

Nas considerações finais, finaliza-se o trabalho, por meio dos resultados obtidos, apresentando as respostas aos problemas levantados no início do trabalho e mostrando se os objetivos foram atingidos. Descrevem-se as dificuldades encontradas e analisa-se as falhas. Nesse sentido, as considerações finais devem ser breves e essenciais, resumindo as ocorrências mais importantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

Todos os autores e obras mencionados no trabalho acadêmico deverão ser listados nas referências em ordem alfabética, por ordem de sobrenomes conforme NBR 6023/2020.

ANEXO 2

I – ESTRUTURA DO PARECER JURÍDICO.

O parecer jurídico deve ser estruturado da seguinte forma:

1. Numeração do parecer (n. 001/2022)
2. Ementa ou referência (que deverá constar: resumo da consulta, o tema central, a questão controvertida e a conclusão);
3. Nome do cliente que solicitou o parecer;
4. Relatório (dos fatos, narração do problema);
5. Fundamentação Jurídica (argumentação jurídica):
 - 5.1. Citação das legislações (Direito Internacional dos Direitos Humanos, Constituição Federal, leis infraconstitucionais, leis estaduais, municipais etc);
 - 5.2. Citações doutrinárias;
 - 5.3. Colações de jurisprudências (Tribunais, STJ, STF, Súmulas);
6. Conclusão (sobre a possibilidade ou não da questão consultada);
7. Coloca-se a expressão: “É o parecer”;
8. Local e data;
9. Nome do Autor/es do parecer.

II – MODELO DE PARECER JURÍDICO.

PARECER

Parecer jurídico nº 001/2022

Requerente: *Revista Eletrônica UNIFEBE – Edição Direitos Humanos*

Ementa: (semelhante as ementas de jurisprudências, palavras-chaves)

DIREITO HUMANOS. DIREITO CONSTITUCIONAL. PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ...

I - Relatório:

A Revista Eletrônica da UNIFEBE – Edição Direitos Humanos, n. 25, ano 2021, no item “estudo de caso concreto para elaboração de parecer”, convoca para elaboração de parecer, para publicação, fundamentado e justificado com base no direito internacional dos direitos humanos, direitos fundamentais e outras disposições legais, acerca da temática, com análise sobre o caso proposto: “Um jornal noticiou a declaração de um morador cidadão, que se encontrava incomodado com pessoas em situação de rua, pois estas estariam incomodando os demais cidadãos. Alega o morador que “essa gente fica ocupando parte de calçada e atrapalhavam os transeuntes, além de fazerem abordagens pedindo dinheiro, ocupam um espaço público com suas coisas e carrocinha, alguns estão embriagados e parece fazer uso de drogas. E os meus direitos? E os direitos das outras pessoas”? Continuou o reclamante ainda que: “deve ser dado um basta! [...] precisamos acionar a Câmara Legislativa Municipal e aprovar um projeto de lei sobre ‘internação compulsória”.

Diante das manifestações de outros cidadãos da repercussão na mídia local, um vereador fez uma proposição, que foi aprovada, sendo enviado expediente ao Prefeito Municipal, nos seguintes termos:

Considerando o aumento expressivo de pessoas em situação de rua em nosso município;

Considerando que o tema preocupa tanto a população quanto as autoridades, tendo inclusive sido alvo de debate em audiência pública no Poder Legislativo no presente mês;

Considerando que nos termos constatados pelos técnicos da Secretaria de Assistência Social, os andarilhos em Brusque fazem uso frequente, em sua maioria, de álcool/drogas;

Considerando que os andarilhos em Brusque estão adentrando nos estabelecimentos para pedir dinheiro e intimidando pessoas;

Considerando que legalmente existe a possibilidade de internação compulsória de pessoas nas situações acima descritas, especialmente no caso de dependentes de álcool/drogas, visando seu próprio bem;

Este Vereador requer, com amparo regimental, que o Poder Executivo, por meio da Secretaria Competente, realize a internação compulsória das pessoas em situação de rua nos termos permitidos pela lei.” ...

II - Fundamentação:

- a) Direito Internacional dos Direitos Humanos;**
- b) Constituição da República Federativa do Brasil;**
- c) Leis Infraconstitucionais;**
- d) Leis Estaduais e/ou Municipais;**
- e) Doutrina;**
- f) Jurisprudência – TJ, TRF, STJ, STF, Súmulas;**
- g) Decisões da Comissão e/ou da Corte Interamericana de Direitos Humanos.**

III - Conclusão

Diante do exposto, entende-se que a decisão viola/não viola tais fundamentos ..., contrariando à doutrina e jurisprudência pacífica, motivo pelo qual este parecer mostra-se favorável/desfavorável ...

É o parecer.

Local e data.

No do autor/es do parecer.